2023

Adriano Benedito De Moraes

introdução à análise política

apostila 3 – o poder nas relações políticas

Disciplina: O Poder nas Relações Políticas

Apresentação:

A disciplina "O Poder nas Relações Políticas" é um curso fundamental para aqueles que desejam compreender as dinâmicas complexas do poder no contexto político. Ao explorar a natureza do poder, suas manifestações e emoções, essa disciplina proporciona uma visão aprofundada das relações de poder nas esferas política e social.

Nesse curso, os estudantes serão apresentados a teorias clássicas e contemporâneas sobre o poder e aprenderão a analisar as estruturas e processos que os envolvem. Serão discutidos os diferentes tipos de poder, as estratégias utilizadas para sua obtenção e manutenção, bem como as formas de resistência e contestação que surgem no campo político.

Principais sintomas observados na disciplina:

1. Conceitos e teorias do poder: Exploração das definições e teorias fundamentais sobre o poder, incluindo abordagens como o poder coercitivo, o poder simbólico e o poder discursivo. Serão examinados os pensamentos de teóricos elevados, como Maquiavel, Foucault e Arendt.
2. Instituições políticas e poder: Análise das instituições políticas e de como elas moldam e são moldadas pelo poder. Serão abordados temas como sistemas de governo, partidos políticos, burocracia estatais e relação entre poder político e poder econômico.
3. Elites e liderança política: Estudo das elites políticas e dos líderes, investigando suas trajetórias, estratégias de ascensão ao poder e exercício do controle político. Serão explorados o controle de seleção das elites e as dinâmicas de poder dentro dos grupos de tomada de decisão.
4. Poder e participação política: Análise das formas de participação política e como o poder é exercido e contestado pelos cidadãos. Serão exercícios sociais, ativismo político, protestos e outras formas de engajamento político.
5. Poder e mídia: Discussão sobre o papel dos meios de comunicação no exercício e na legitimação do poder político. Serão explorados temas como controle da mídia, manipulação da informação e papel da mídia nas democracias modernas.
6. Poder global e relações internacionais: Exploração das dinâmicas de poder no cenário internacional, incluindo o papel de organizações internacionais, acordos globais, relações de dominação e resistência entre nações.

Esta disciplina é ministrada por especialistas no campo da ciência política, que trazem uma perspectiva rica e atualizada sobre o tema do poder nas relações políticas. Ao final do curso, os estudantes adquirirão uma compreensão crítica das estruturas de poder e permanecerão com as ferramentas analíticas para examinar e interpretar as relações políticas em suas várias manifestações.

Seja você um estudante de ciência política, um profissional em busca de aprimoramento ou um cidadão interessado em compreender as dinâmicas do poder na política, a disciplina "O Poder nas Relações Políticas" oferece um conhecimento essencial para uma participação imposta e ativa na esfera política.

Parte superior do formulário

**Introdução**

Você está pronto para mergulhar no fascinante mundo dos conceitos e teorias do poder? Prepare-se para se surpreender ao explorarmos as diferentes maneiras como o poder é compreendido e analisado em vários campos de estudo.

O poder, em sua forma mais simples, refere-se à habilidade ou capacidade de influenciar outras pessoas e provocar mudanças. Entretanto, o conceito de poder é muito mais profundo do que isso. É um fenômeno complexo que cativou as mentes de filósofos, sociólogos, cientistas políticos e muitos outros estudiosos ao longo da história.

Uma das teorias mais influentes sobre o poder é a **teoria da troca social**. De acordo com essa teoria, o poder é visto como um recurso que os indivíduos possuem e podem usar para trocar por resultados desejados. Em outras palavras, o poder é um meio de atingir os objetivos de alguém exercendo influência sobre os outros. Essa teoria enfatiza a importância dos relacionamentos e interações na compreensão da dinâmica do poder. Ela sugere que o poder não é algo que uma pessoa possui inerentemente, mas sim algo que é negociado e trocado entre os indivíduos.

Outra teoria proeminente do poder é a **teoria da dependência de recursos**. Essa teoria se concentra na ideia de que o poder é derivado do controle sobre recursos essenciais. As organizações e os indivíduos com acesso a recursos valiosos, como dinheiro, informações ou conhecimento especializado, podem exercer poder sobre aqueles que dependem desses recursos. Essa teoria destaca a distribuição desigual de poder na sociedade e como ele pode ser usado para manter o domínio e o controle sobre os outros.

O poder também pode ser analisado por meio de uma perspectiva estrutural. A **teoria estrutural** do poder examina como as estruturas e instituições sociais moldam a dinâmica do poder na sociedade. Ela analisa como o poder está inserido nos sistemas sociais e como ele opera por meio de vários mecanismos, como leis, normas e hierarquias. Essa perspectiva enfatiza a importância de compreender o contexto social mais amplo no qual o poder opera e como ele pode ser tanto facilitador quanto limitador para indivíduos e grupos.

Os conceitos e as teorias do poder nos fornecem percepções valiosas sobre as complexidades das interações humanas e da dinâmica social. Eles desafiam nossas suposições e lançam luz sobre os mecanismos subjacentes que moldam as relações de poder na sociedade. Portanto, prepare-se para embarcar em uma emocionante jornada de exploração e descoberta à medida que nos aprofundamos no fascinante mundo do poder. Prepare-se para desafiar sua própria compreensão do poder e adquirir uma nova perspectiva sobre as forças que moldam nosso mundo.

**Conceitos e Teoria do Poder – Poder Coercitivo**

O Poder Coercitivo é o poder de forçar outras pessoas, através da imposição de regras, punições ou confinamento, a cumprir as decisões tomadas pelo detentor deste poder. Este poder é normalmente usado nos regimes politícos autoritários, em que a população é obrigada a cumprir as leis impostas pelo governo com ameaças de represálias caso contrário.

O Poder Coercitivo também é utilizado para preservar a ordem social, reprimindo comportamentos que possam ameaçar a integridade física ou intelectual de outras pessoas.

Em suma, este é um conceito extremamente importante na compreensão de como as relações de poder político funcionam, uma vez que o governo usa o Poder Coercitivo para garantir o controle político sobre os cidadãos.

O poder coercitivo do Estado refere-se à força que o governo usa para assegurar o cumprimento das leis e políticas. Esta força pode ser exercida de diferentes maneiras, incluindo multas, prisões, confisco e nuances sociais.

O alcance deste poder depende do nível de governo e das leis específicas de um país, região ou localidade.

A extensão do poder coercitivo do Estado pode variar de leis civis a regulamentos de cunho militar, assim como limitações em relação a determinadas atividades que possam colocar em risco a segurança pública, a saúde global, o meio ambiente e outras questões relacionadas.

Os efeitos da coerção dependem do porte da mesma, da motivação que a lei tem e do poder de persuasão do Estado. Os efeitos da coerção são muitas vezes adversos à população, pois ela pode ser subjugada e silenciada.

Os pais costumam utilizar a coerção com os filhos, por exemplo, para que os mesmos atendam as leis e nem recebam transgressões.

Ocorre que, ao usar a coerção, o Estado torna-se cada vez mais difícil de ser questionado, pois a sociedade está muitas vezes disposta a aceitar as leis quando elas são votadas pelo poder Legislativo.

Diversos pensadores abordaram essa questão ao longo da história, apresentando diferentes perspectivas sobre o poder coercitivo. Aqui está um breve resumo dos principais pensadores nessa área:

1. **Thomas Hobbes**: Hobbes foi um filósofo político do século XVII conhecido por sua obra "Leviatã". Ele acreditava que os seres humanos são naturalmente egoístas e violentos, e que o poder coercitivo é necessário para manter a ordem social. Segundo Hobbes, um governo forte e centralizado é essencial para evitar o caos e a guerra de todos contra todos.
2. **Max Weber**: Weber foi um sociólogo alemão do século XIX e XX que desenvolveu uma teoria sobre os tipos de autoridade. Ele descreveu o poder coercitivo como uma forma de autoridade baseada na coerção física ou violência legítima. Para Weber, o poder coercitivo é uma das três formas básicas de autoridade, juntamente com o poder tradicional e o poder carismático.
3. **Michel Foucault**: Foucault foi um filósofo e teórico social francês do século XX que estudou as relações de poder nas sociedades. Ele argumentou que o poder coercitivo não se limita apenas ao Estado ou às instituições formais, mas está presente em todas as relações sociais. Foucault desenvolveu o conceito de "biopoder", que se refere ao poder exercido sobre os corpos e a vida das pessoas por meio de instituições disciplinares e práticas de normalização.
4. **Hannah Arendt**: Arendt foi uma filosofa política do século XX que analisou o poder em relação à política e à ação humana. Ela discute o conceito de poder coercitivo em contraste com o poder legítimo, argumentando que o uso excessivo do poder coercitivo pode levar à opressão e à negação da liberdade. Para Arendt, a violência e a coerção são formas de poder que não possuem uma permanência duradoura.

Esses são apenas alguns dos principais pensadores que abordaram o tema do poder coercitivo. Suas teorias e perspectivas fornecem uma base para compreendermos as dinâmicas e a motivação desse tipo de poder na sociedade.

O poder coercitivo tem sido historicamente utilizado de maneira desproporcional e prejudicial contra a população negra em muitas sociedades. Ao longo da história, a opressão, a manifestação e a violência alimentar na raça têm sido perpetuadas por meio do uso do poder coercitivo, tanto pelo Estado quanto por atores não estatais.

Um exemplo evidente disso é foi o sistema de escravidão que existe/existiu em várias partes do mundo, onde a população negra foi/é vitima de uma violência brutal e coerção forçada por meio do poder estatal e institucionalizado. Mesmo após a abolição da escravidão, muitos países continuaram a exercer poder coercitivo discriminatório contra os negros, por meio de leis segregacionistas, violência policial, prisões injustas e outras formas de opressão.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o poder coercitivo foi utilizado para impor e manter um sistema de segregação racial conhecido como "Jim Crow". Essas leis discriminatórias, que vigoraram até a década de 1960, resultaram em uma série de restrições legais e sociais impostas à população negra, negando-lhes o acesso a direitos básicos e perpetuando a desigualdade racial.

Além disso, a violência policial e os abusos contra a população negra têm sido amplamente documentados em vários países, com casos de brutalidade policial e denúncia racial, muitas vezes ocorridos em lesões e mortes injustas. Movimentos como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e os movimentos antirracismo em todo o mundo têm lutado contra o uso abusivo do poder coercitivo contra a população negra e buscado a igualdade de direitos.

É importante ressaltar que o poder coercitivo não é inerentemente negativo, mas seu uso injusto e discriminatório contra a população negra e outras minorias é uma questão socialmente significativa. A luta por justiça social e igualdade de direitos continua sendo uma prioridade para combater essas desigualdades históricas e resistentes.

**Conceitos e Teoria do Poder – Poder Simbólico**

Poder Simbólico é um termo usado para descrever as sutis formas de poder em que os indivíduos ou grupos usam símbolos e ideias para influenciar e persuadir outros.

Por meio desta forma de poder, quem o controla pode impor as próprias crenças e ideologias sobre outros indivíduos.

O poder simbólico pode ser expresso tanto no plano público como no privado.

Por exemplo, os líderes religiosos podem usar os símbolos, ritos e dogma da sua religião para influenciar as crenças e ações dos fiéis. Podem também usar as metáforas e imagens associadas à sua fé para inspirar os fiéis e guiar a forma como eles encaram a vida.

**Poder Simbólico e Estado**

O Estado expõe-se, cientemente, ao poder simbólico no que diz respeito à aceitação – divulgação e funcionalidade – dos direitos e deveres exercidos pela sociedade, estabelecendo uma hierarquia entre as autoridades e privilegiando uma porção da nação em detrimento das demais.

Nesse sentido, o Estado dirige a vontade dos cidadãos através dos ícones e simbolismos disseminados para a população, que decorrem, basicamente, da ideologia vigente transmitida pelas instituições governamentais.

Por outro lado, o poder simbólico e seu alcance são limitados pelo Estado, pois a minoria lidera a opinião pública e direciona a maioria mediante o uso da coerção.

Desse modo, o Estado consegue exercer autoridade através dos símbolos construídos, seja pelo meio educacional; da mídia; do publicitário; da propaganda oficial; e, principalmente, por meio de clássicos como, a bandeira, o hino, o escudo, a figura que estampam as moedas entre tantos outros símbolos que representam o país.

**Poder Simbólico - Principais Pensadores**

O Poder Simbólico é um conceito desenvolvido pelo sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) que explica a natureza e o exercício do poder em relação ao controle sobre uma sociedade.

Weber acreditava que a capacidade de governo era inerentemente complexa, dependendo tanto do uso da força física e da autoridade da lei quanto das forças simbólicas, morais e culturais.

O Poder Simbólico está intimamente ligado ao conceito de autoridade, uma vez que repousa na influência de um indivíduo ou um grupo sobre outro, não necessariamente através da força coerciva.

Outros pensadores importantes que estudaram o Poder Simbólico incluem o antropólogo britânico Mary Douglas (1921-2007), o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) e o cientista social americano Pierre Bourdieu (1930-2002), o qual desenvolveu o conceito de "habitus" para explicar como o comportamento de um indivíduo é influenciado pela herança social e pelas relações culturais.

O conceito do Poder Simbólico foi aprofundado e expandido por outros estudiosos ao longo do tempo, incluindo o filósofo alemão Jürgen Habermas (1929-) e o sociólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), que desenvolveram seus respectivos modelos de análise.

**Poder Simbólico e População Negra**

O poder simbólico exerce um papel fundamental no processo de resistência da população negra às formas de discriminação e violência experimentada ao longo dos anos.

O poder simbólico da população negra significa adotar uma representação que torna visível a identidade racial e o empoderamento de suas raízes históricas.

Por meio das ações e discursos dos movimentos sociais, as representações negras podem ser encontradas na cultura pop, nos meios de execução política, na arte, na literatura e nas mídias.

Estas representações possibilitam inovações quanto à visibilidade das narrativas negras, garantindo a criação de novas representações dessa luta incessante pela liberdade a partir de um reconhecimento simbólico dos direitos fundamentais da população negra.

A população negra vem se esforçando para quebrar os estereótipos culturais e comportamentais que são impostos desde a época da escravidão. Na luta contra esses estereótipos, existem diversas medidas para que o poder simbólico aos negros surja de maneira natural e positiva.

Garantir a não segregação é uma das maneiras de desenvolver e propagar o poder simbólico da população negra.

A experiência de vida é moldada pela circunstância em que as pessoas vivem, e somente com a igualdade de oportunidades em todas as áreas (empregos, educação, saúde, etc.) é possível reverter essa situação.

Outra maneira de fortalecer o poder simbólico dos negros é visibilizando aqueles que já se destacam nas suas áreas de atuação. Representantes destacados, como artistas, empreendedores, cientistas ou líderes políticos, são exemplos de referência que podem servir como motivação para outros.

Além disso, tornar o poder simbólico dos negros mais positivo pode ser feito através de projetos, principalmente no âmbito educacional. Programas que incentivem a educação, o empreendedorismo, a cultura, o lazer e o convívio intergeracional são ações que contribuem para a construção de uma cultura de paz e o respeito aos direitos humanos.

**Poder Simbólico - Principais Pensadores Negros**

1. W.E.B. Du Bois – Educador, acadêmico, escritor, ativista e fundador da NAACP. Du Bois foi um dos principais fundamentos do movimento por igualdade racial nos Estados Unidos.

2. Malcolm X – Ativista, ministro da Nação do Islã e líder de diversos movimentos racial e socialmente conscientes no período da década de 1960.

3. Martin Luther King Jr. – Clérigo, activista e líder non-violento de ambos os movimentos para justiça racial e social.

4. Angela Davis – militante, ativista e acadêmica, trabalhando para direitos das mulheres e igualdade racial.

5. Frederick Douglass – Escritor, orador e activista abolicionista dos Estados Unidos no século XIX.

6. Sojourner Truth – Ativista pelos direitos humanos e abolicionista, sendo uma das primeiras mulheres a reivindicar direitos iguais para homens e mulheres de raça negra.

7. Assata Shakur – Ativista política de classe trabalhadora. Exiliada nos Estados Unidos, Shakur é conhecida por sua voz contra violação de direitos humanos.

8. Ida B. Wells – Ativista pelos direitos civis e verdadeira impulsionadora do movimento pelos direitos das mulheres.

9. Harriet Tubman – Conhecida como a "Condutora" no movimento abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres.

10. Audre Lorde – Poetisa política, feminista, ativista lesbiana e lutadora pela justiça racial nos Estados Unidos.

**Poder simbólico - Principais Pensadores Negros Brasileiros**

1. Lélia Gonzalez: foi uma ativista, autora, advogada, socióloga, cientista política e professor de direito. Foi uma grande defensora dos direitos humanos, educadora da cidadania negra e formadora de consciência das massas para os direitos humanos.

2. Abdias do Nascimento: era poeta, cientista, artista, ativista dos direitos civis e afro-brasileiro. Ele criou o Museu da Unidade Africana e foi considerado fundador da teoria Afro-Brasileira.

3. Abdurrazak L. Lima: usou seu conhecimento em economia, sociologia e direito como forma de luta para elevar o nível de consciência das pessoas negras e melhorar sua qualidade de vida.

4. Sueli Carneiro: ativista dos direitos humanos e fundadora da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. Ela trabalhou para promover a afirmação e espaço para as mulheres negras em todas as áreas da sociedade.

5. Marilene Felinto: foi ativista e defensora dos direitos humanos com foco na equidade racial e promoção de diálogos de diversidade. Ela também foi pioneira na introdução do conceito de black power no Brasil.

Dicas de materiais de estudo sobre poder simbólico autores negros brasileiros

 • Revista Sinais de letramento: "Entre hermanos: O poder simbólico da trajetória de intelectuais negros brasileiros" de Geza Paulo Junio Dos Santos;

• Livro "O conhecimento que me dοlem: construção de um universo afrodescendente" de Itamari Endo;

• Livro "Uma ética hiphop para espíritos livres: Escrevendo a liberdade negra na América do século XXI" de Tâmmie Monboquette;

• Revista Afropress: "Poder simbólico de Negros brasileiros no cinema contemporâneo" de Danilo Bezerra;

• Quadro "Os herdeiros da independência no semipesquento negro brasileiro". Organizado por Luciana de Melo e Thaiane Baptistini;

• Artigo "A simbologia religiosa afro-brasileira" de Carla Sawada;

• Artigo "O florescimento do negro na mídia" de Kelvin Ichi.

**Conceitos e Teoria do Poder – Poder Discursivo**

Poder discursivo é um conceito que define a capacidade da pessoa de construir, argumentar e apresentar eficazmente ideias de forma clara e precisa para convencer ou criar consenso sobre uma questão.

É a capacidade de articular o pensamento e usar as palavras corretas para criar um discurso fluido e convincente.

A habilidade discursiva é considerada inigualável para um orador, advogado ou alguém em um cargo de liderança, pois além de tirar suas ideias claramente, deve também ser capaz de persuadir e gerar entusiasmo nos ouvintes.

O poder discursivo é definido como qualquer forma de persuasão ou influência exteriores que você possa ter sobre alguém, indivíduos ou grupos e ligado à linguagem e ao uso assertivo dessa mesma linguagem para obter algo.

O Estado, por outro lado, refere-se a organizações políticas complexas governadas com sucesso por um pequeno grupo de pessoas ou representantes autorizados.

Estes dois conceitos são intimamente relacionados, pois o poder discursivo pode influenciar as decisões do Estado. O Estado é formado por governantes ou líderes que exercem autoridade sobre certas atividades ou controle de certas condições sociais. A linguagem é essencial para permitir essa governança, já que a retórica é usada frequentemente para fazer declarações e motivar ação.

A habilidade de o Estado incentivar ou obter sucesso de ações por causa do uso do poder discursivo serve como um exemplo eficaz de como esses conceitos estão ligados. Além disso, nos últimos tempos, governos têm recorrido a discursos e formas de contenção com o objetivo de difundirem ideologias, manterem a unidade ou mostrarem a necessidade de certos objetivos emergenciais a serem postos em prática.

O uso de retórica enfatizando conexões renegáveis, frases de efeito, slogans e memes sarcásticos tornam essas mensagens ainda mais eficazes ao motivar possíveis réplicas concordantes entre certos grupos e são uma das principais ferramentas de persuasão usadas pelos governos tendo como alvo seus contribuintes bem como o governo próprio.

Dessa forma, o poder discursivo e o Estado estão fundamentalmente conectados, uma vez que as tomadas de decisão do Estado são influenciadas, direta ou indiretamente, pela linguagem usada.

**Poder Discursivo do Estado e Seus Efeitos na População**

O poder discursivo do Estado para a população têm um grande alcance e profundidade, pois ele influencia a forma como as pessoas pensam, agem e reagem a questões relevantes. É a partir dele que são formuladas as políticas, estratégias e regulamentações para as iniciativas públicas efetivas e de longo alcance.

O discurso oficial do Estado possibilita a articulação de uma narrativa com as políticas e os ideais de mudança ou de manutenção do status quo, facilitando a mobilização e organização dos cidadãos em torno de estas questões.

Os discursos produzidos pelo Estado influenciam diretamente nas opiniões do cidadão, modificando seu comportamento e incentivando a participação na vida social. Por meio disto, ainda os valores, normas e princípios sociais são reforçados, garantindo a manutenção da estabilidade social.

Além disso, contribui também para unidade, responsabilização e igualdade na sociedade, esses fatores reforçam e fazem crescer a autoestima, as expectativas e a satisfação dos cidadãos.

Portanto, o poder discursivo do Estado e seus efeitos na população são grandes, pois possibilita o crescimento e a manutenção da estabilidade social, contribuindo para o respeito pelos direitos humanos e a defesa de uma sociedade livre e justa.

**Poder discursivo do estado e seus efeitos na população negra**

O poder discursivo do Estado envolve a capacidade de utilizar narrativas e discursos para influenciar as atitudes, crenças e comportamentos de outras pessoas. É um poder educativo e persuasivo que exerce grandes efeitos na população brasileira.

No caso dos negros brasileiros, o Estado tem exercido esse poder discursivo de forma a perpetuar formas de racismo e discriminação em relação a esta população. O discurso do Estado se baseia na falsa crença de que os negros são inferiores, estão destinados a viver em uma condição de submissão e inferioridade e não possuem capacidade ou inteligência inerente às demais classes sociais. Essa narrativa é integralmente reforçada na educação formal brasileira, que desde a época do regime escravocrata tem falado de forma pejorativa sobre os negros.

Desde então, os mecanismos simbólicos construídos pelos brancos no sentido de manter a sua dominação e hegemonia sobre os negros se refletem na literatura, na arte, na mídia e na educação do país.

Todos esses mecanismos discursivos implementados pelo Estado, somados às desigualdades socioeconômicas que ainda existem, geram efeitos catastróficos na população negra brasileira. Isso se reflete principalmente na pobreza, na violência e degradação social e física que muitos negros vivem diariamente no Brasil.

Para superar esse ciclo de injustiças e preconceitos, torna-se fundamental a construção de uma narrativa diferente, construída a partir de discursos verdadeiros e inclusivos.

Só assim o Estado poderá cumprir o seu papel de garantir o devido respeito aos direitos humanos básicos de todos os cidadãos, independentemente de sua raça ou etnia.

**Principais Pensadores do Poder Discursivo**

1. Michel Foucault: Um dos principais teóricos do século XX, Foucault entende o poder como fazendo parte intrínseca da relação entre agentes, subjetivando e materializando discursos que constituem nossas experiências da realidade. Foucault argumenta que o poder está presente em todos os lugares e em todas as relações - da economia ao direito, da saúde à educação.

2. Judith Butler: Sua contribuição para a discussão do poder discursivo se destaca pela natureza radical, pois Butler entende o poder como uma forma subjetiva de narrativa construída pelos indivíduos. Ela acredita na interferência da força discursiva na vida desses indivíduos, enquanto ao mesmo tempo cria a possibilidade de mudanças sociais e políticas.

3. Antonio Gramsci: Gramsci desenvolveu o conceito de hegemonia para explicar a maneira como o poder discursivo se manifesta nas relações sociais. Para ele, a hegemonia é a maneira como determinados grupos de pessoas entendem e aceitam normas e valores da sociedade, construindo assim a cultura.

4. Jean Baudrillard: Baudrillard defende que o poder discursivo se manifesta no discurso simbólico, enquanto forma de refletir as relações sociais e importar valores. Ao mesmo tempo, ele argumenta que o discurso simbólico também pode ser manipulado para fins políticos, explicando, assim, o porquê de algumas informações poderem dobrar ou distorcer a realidade.

**Principais Pensadores Negros Sobre Poder Discursivo**

1. Martin Luther King Jr. (1929-1968):Martin Luther King Jr. foi um pastor protestante e ativista dos direitos civis que tornou-se um símbolo da luta pelos direitos do homem, através dos seus discursos inflamados e apaixonantes. O seu mais famoso discurso, "Eu tenho um sonho", (1963) que teve lugar em Washington D.C., é um dos mais famosos da História da humanidade.

2. W.E.B. Du Bois (1868-1963): W.E.B. Du Bois foi um intelectual e ativista dos direitos civis que lutou pelos direitos dos Africanos americanos na era da Jim Crow. Ele acreditava que o trabalho, a educação e o empoderamento dos Negros eram os caminhos para a igualdade racial. Ele era também autor de alguns dos discursos mais inovadores da época. Um exemplo é o discurso "Of Protest", (1903) que teve forte influência nos movimentos anti-racista do século XX.

3. Malcolm X (1925-1965): Malcolm X foi um ativista radical da liberdade dos Negros e membro da Nação do Islã. Ele ficou conhecido por defender publicamente a violência, como meio para obter os direitos civis, ao invés da não-violência. O seu discurso "The Ballot or the Bullet", (1964) que teve lugar em Detroit, tornou-se icónico, não só porque falava de auto-defesa; mas também por ser um dos primeiros discursos a fazer a denúncia dos problemas da segregação racial a nível das legislações.

4. Antonio Candido: Antonio Candido foi um renomado crítico literário e professor brasileiro. Respeitado como um dos principais pensadores do país, ele defendeu o poder discursivo como forma de resistência e de luta diante das formas de exclusão de que grupos marginalizados sofriam na sociedade.

5. Abdias Nascimento: Abdias Nascimento foi um escritor, poeta, filósofo, ativista dos direitos civis e professor brasileiro. Ele também foi um dos principais pensadores negros sobre poder discursivo, defendendo a linguagem como chave para a emancipação.

 O Poder Discursivo se refere ao poder que as palavras e as sutilezas das entonações têm sobre as pessoas. Este poder reside em uma forma de comunicação que cria significados e influência entre falantes e ouvintes. Ao invés de usar a força física para obter o que deseja, este tipo de poder usa palavras e conversação bem estruturadas para estabelecer um efeito persuasivo.

A habilidade de usar o Poder Discursivo de forma deliberada torna possível para as pessoas influenciarem e mudar o exato pensamento, comportamento ou sentimento por meio das oportunidades de palavras habilmente escolhidas.

Quando bem manejado, este tipo de Poder Discursivo pode tornar os relacionamentos mais claros e prósperos, permitindo a todos os envolvidos melhorar as possibilidades de grandes e pequenas conquistas.

Uma das maiores vantagens do Poder Discursivo reside na incapacidade das pessoas resistirem à lógica e ao charme dos argumentos usando apenas o poder das palavras. A maneira como as palavras são usadas e como são empregadas podem afetar profundamente a mente das pessoas, agindo como um catalisador para mudanças significativas.

O Poder Discursivo pode igualmente ser usado para construir e manter relacionamentos duradouros. O uso da linguagem para o estabelecimento e reforço dos parceiros dentro de uma sociedade é uma forma importante de expressar afeto e carinho.

A capacidade de compartilhar emoções de forma clara e concisa pode aproximar as pessoas, criando um ambiente onde elas possam estabelecer fortes laços que transcendem gerações.

O Poder Discursivo não é uma habilidade que se aprende ou desenvolve durante a noite, mas é algo que exige uma profunda introspecção e prática. A fim de desenvolver de maneira correta as habilidades de Poder Discursivo, as pessoas precisam investir tempo e esforço para entender as nuances da linguagem e a forma como ela influencia os outros.

Além disso, elas devem estar preparadas para lidar com as implicações econômicas e políticas de seu discurso e entender suas repercussões com responsabilidade.

Dicas de Material de Estudo Sobre Poder Discursivo

1. Livro “Poder Discursivo - Teorias, Análises e Exercícios Práticos”, de Robert Hayward, Bertrand Leal e Paulo Virgílio.

2. Videoconferências da Escola do Rhetor, de mediação do doutor em comunicação Eudes Ribeiro.

3. Artigo “Poder discursivo na era digital: a estratégia da ocultação”, de Edilberto de Souza.

4. Artigo “O poder discursivo: mais do que a forma”, de Fabio Silveira.

5. Especialização eletiva “Rhetorica e Poder Discursivo”, realizada na Universidade de São Paulo.

6. Artigo “Criatividade e Poder Discursivo na Comunicação”, de Ana Carolina Lima.

7. Artigo “Discurso e poder: subversão ou legitimização?”, de Janaina Guaraldi.

8. Artigo “Poder Discursivo e Estratégias de Persuasão”, de Graziela Bitencourt.

9. Série de lives Profundidade Rhetorica, com Gibran Mampuya.

10.Videoconferências da Rhetorius, de mediação dos profissionais da comunicação Alberto de Sousa e João Ramalho.

**Instituições Políticas e Poder**

**Sistemas de Governo**

O sistema de governo refere-se à forma de governo em que um país é governado. As principais formas de governo são a democracia, a monarquia, a teocracia, o governo militar e o totalitarismo.

A democracia é talvez o sistema de governo mais comum e é caracterizada pelo direito de voto para todos os cidadãos no parlamento eleito.

Uma monarquia é governada por um monarca e um sistema de governo teocrático é governado por líderes religiosos enquanto que o governo militar é governado pelo exército.

O totalitarismo é caracterizado por regimes autoritários em que governos centralizados controlam políticas sociais, culturais, civis e econômicas segundo um partido único e seu programa.

**Partidos Políticos**

Os partidos políticos são organizações formadas para competir pelo poder em eleições nacionais, provinciais ou municipais. Geralmente, os partidos políticos representam ideias e valores alternativos nos assuntos econômicos, sociais e culturais.

Por exemplo, alguns partidos políticos defenderão uma política fiscal mais conservadora, enquanto outros defenderão impostos mais altos e gastos governamentais.

Alguns partidos também podem se opor à integração de minorias étnicas ou grupos religiosos. Outros partidos políticos tendem a representar questões relacionadas com as mulheres, os direitos dos homossexuais, a educação, a unificação da Europa e assim por diante.

**Burocracia Estatal**

A burocracia estatal refere-se aos vários departamentos de governo, agências e outros organismos governamentais, criados pelo governo para implementar a legislação e realizar suas políticas públicas.

Estes organismos têm leis, regulamentos e regras próprias, que eles seguem para realizar as suas tarefas. É uma estrutura hierárquica e burocrática, com cargos e autoridade designados e documentos e documentos oficiais utilizados para realizar trabalhos de governo.

**Relação entre Poder Político e Poder Econômico no Mundo**

A forma como estão conectados poder político e poder econômico é uma das questões mais polêmicas do debate público em todo o mundo.

O poder político diz respeito à influência de um líder sobre uma determinada população ao implementar políticas que influenciam o modo de vida dessa população.

O poder econômico, por outro lado, se refere à capacidade de alguém ou algo para influenciar o mercado econômico, controlando quiçá ou mesmo, as vezes, a regulamentação disso.

O poder político e o poder econômico estão entrelaçados ao facilitar as forças dos dois lados. Por um lado, o poder político estabelece as regras econômicas que permitem que os indivíduos ou empresas atuem no mercado. Por outro lado, o poder econômico pode influenciar o poder político, como quando grandes empresas ganham influência na legislação através de lobby.

Por essa razão, os indivíduos e empresas devem trabalhar em conjunto com governos para obter um objetivo comum de criar um mercado favorável à competição e à prosperidade econômica.

**Instituições Políticas e Poder No Brasil**

As instituições político-sociais no Brasil influenciam diretamente o poder de forma reiterada. Elas disciplinam questões importantes e determinam o contexto político do país.

A Constituição Federal de 1988 é a principal instituição, pois ela é o norteador do ordenamento jurídico e delineia quais são as responsabilidades, direitos e deveres de todos os brasileiros.

Além da Constituição Federal, também há outras instituições desempenhando papéis importantes na configuração do Estado e da sociedade brasileira.

O Congresso Nacional exerce papel essencial, pois cabe a ele criar leis e fiscalizar as contas do governo. O Supremo Tribunal Federal tem o papel de interpretar e aplicar as leis e Constituição, bem como julgar casos de maior relevância.

Outras instituições também contribuem para o desenvolvimento da democracia no Brasil. O Tribunal Superior Eleitoral é o responsável pelo processo eleitoral, estabelecendo os argumentos jurídicos e eleitorais a serem seguidos nas eleições. O Ministério Público é o responsável por fiscalizar e promover ações contra eventualidades ilegais e contra abusos dos órgãos públicos.

Assim, as instituições político-sociais cumprem um papel fundamental na garantia da justiça e da estabilidade no Brasil, influenciando diretamente o poder e o desenvolvimento de um sistema político saudável.

**Instituições Políticas e Poder No Mundo**

As instituições políticas constituem a base para a organização política do mundo, garantindo a tomada de decisões a nível global. Nesse sentido, são a chave para o exercício do poder mundial.

O poder é distribuído entre Estados-Nações, organizações intergovernamentais, organizações regionais e não-governamentais, sendo controlado e regulado por acordos, tratados, direitos humanos, leis internacionais, etc.

Em geral, os principais atores políticos que detêm o poder mundial são os Estados-Nações, sendo importante destacar que quase todos os países do mundo são membros de alguma organização internacional.

Dentre essas organizações internacionais, destacam-se a ONU, a OTAN, a Organização Mundial do Comércio, a OTAN, a União Européia, o Banco Mundial, etc., todas elas com seus próprios objetivos e interesses, que se fazem presentes e contribuem para a configuração do cenário internacional.

Outro fator relevante na tomada de decisões mundiais são as potências militares e econômicas, que possuem papel fundamental na influência de políticas. Desse modo, as grandes potências mundiais, tais como Estados Unidos, Rússia, China e países europeus, detêm grande parte da responsabilidade pela tomada de decisões a nível internacional.

Por fim, outros atores importantes dentro do poder mundial são os blocos econômicos, como a União Europeia, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a África do Sul, todos eles influenciando na configuração política global. Todavia, embora essas organizações tenham poder e influência, elas não detêm o status de Estados-Nações, sendo, portanto, menos relevantes na tomada de decisões globais.

**Sistemas de Governo, Partidos Políticos, Burocracia Estatal e relação Entre Poder Político e Poder Econômico**

**Sistemas de Governo**: O sistema de governo é o tipo ou forma de organização de um Estado no que se refere ao modo de estabelecimento, de exercício e de controle dos órgãos do poder de um Estado, bem como das relações entre eles.

Os sistemas de governo podem ser divididos em monarquias, repúblicas, parlamentarismos e presidencialismos.

**Partidos Políticos**: Partido político é uma associação de cidadãos unidos pelo objetivo de participar dos processos decisórios no âmbito de um Estado, obtendo, com isso, maior influência política e popular. Os partidos políticos defendem e lutam por interesses econômicos, sociais, culturais, ecológicos ou culturais.

**Burocracia Estatal**: Burocracia é um tipo de sistema administrativo, usado para organizar, gerenciar e monitorar a aplicação das leis e realizar satisfatoriamente as necessidades da população. Às vezes também usado para descrever o sistema governamental.

**Relação entre Poder Político e Poder Econômico**: O poder político e o poder econômico são interdependentes, pois a economia depende do acesso a recursos e da regulação dos mercados, e a política depende do crescimento econômico. O poder econômico inclui os meios, e a política inclui os fins. Dessa forma, o poder político permite que a economia opera de acordo com os desejos dos políticos que controlam o governo, enquanto o poder econômico fornece os recursos necessários para a implementação dos projetos políticos.

**Sistemas de Governo, Partidos Políticos, Burocracia Estatal e Relação Entre Poder Político e Poder Econômico Para População Negra**

**Sistemas de Governo**: Os sistemas de governo têm importantes implicações para a população negra, pois as estruturas políticas e as estruturas de controle econômico são fundamentais para o acesso a direitos e serviços por pessoas negras. Da mesma forma, as estruturas de poder político, os sistemas de partidos políticos e a relação entre o governo e o setor privado podem influenciar na garantia de direitos e serviços para as pessoas negras. Portanto, a estrutura governamental e a relação entre os setores políticos e econômicos desempenham um papel essencial na determinação dos níveis de equidade racial.

**Partidos Políticos**: Os partidos políticos exercem um papel fundamental na definição das políticas governamentais e na distribuição dos recursos. Cabe aos partidos políticos assegurar que as pessoas negras recebam os mesmos direitos e benefícios da população em geral, bem como a proteção dos direitos civis e políticos das pessoas de diferentes minorias Éticas. Assim, os partidos políticos e a participação das minorias éticas nos processos decisórios são fatores essenciais para a promoção da inclusão racial nas democracias.

**Burocracia Estatal**: O papel das burocracias estatais é fundamental para promover equidade racial. As agências governamentais, órgãos e serviços públicos desempenham papel fundamental na implementação e verificação dos direitos das populações negras. Assim, a eficácia das burocracias estatais depende da capacidade de promover políticas públicas incluindo e dividendo ativamente para as pessoas negras.

**Relação entre Poder Político e Poder Econômico para População Negra**: As relações entre os setores políticos e econômicos têm implicações diretas no acesso a serviços e direitos das populações negras. A forma como a propriedade econômica é controlada, o impacto dos recursos financeiros nos processos decisórios e a forma como a relação entre a lei, os serviços públicos e o setor privado afeta diretamente os direitos humanos das pessoas negras. Assim, a política econômica é fundamental para implementar políticas de direitos humanos, inclusão e equidade racial.

Os principais pensadores brasileiros sobre assuntos relacionados ao sistema de governo, partidos políticos, burocracia estatais e a relação entre poder político e poder econômico para a população negra são: **Abdias do Nascimento, Abdias de Nascimento Junior, Jurandir Freire Costa, Mílton Santos, Moacyr Scliar, Octávio Ianni, Paulo Freire, Renato Ortiz, Sandra Maria de Souza e Silvia Concado.**

Esta lista representa apenas alguns dos importantes pensadores brasileiros que lutam pela igualdade de direitos para os negros brasileiros.

Eles se destacam pela sua contribuição para uma compreensão dos problemas que afetam a comunidade negra e pelas soluções que buscavam para estes problemas.

**Sistemas de Governo, Partidos Políticos, Burocracia Estatal e Relação entre Poder Político e Poder Econômico para População Negra - Dicas de Materiais para Aprofundamento**

1. O Poder dos Negros: Movimentos Políticos, Partidos e Panteras Negras de Kenneth Janken (Cambridge University Press, 2009).

2. Poder Negra na América: Uma História de Luta Política de Gary Fink (University of Arkansas Press, 2006).

3. Ação Política e Poder dos Negros, de James C. Scott (Basic Books, 1982).

4. O Estado, a Política Partidária e o Poder Econômico: Um Estudo Global de Kevin Gillan (University Press of America, 2007).

5. A Política das Minorias do Poder: Partidos Políticos e Representação Racial nos EUA, de Michael DiGaetano (Lynne Rienner Publishers, 2005).

6. Movimento Negro e Representação Política: Implicações para o Estado Democrático de Direito de Mariza Corrêa (Edições Loyola, 2003).

7. Questionários de Igualdade Racial e Política Diversidade: A Experiência Americana de Michael Neblo e Robert Shapiro (Cambridge University Press, 2009).

8. A Cor Viva do Poder: Lutando contra a Injustiça Racial nos EUA de Manning Marable e Leith Mullings (Verso, 2006).

9. Burocracia e Liberdade: Uma Introdução à Política Pública de B. Guy Peters (Routledge, 2007).

10. Entre a Notória Inércia e Coragem Injusta: O Governo dos Negros Após a Abolição da Escravidão, de Davenport, D (University of Georgia Press, 2011).

**Sistemas de Governo, Partidos Políticos, Burocracia Estatal e Relação entre Poder Político e Poder Econômico para População Negra no Mundo**

**Sistemas de Governo**: O direito ao voto é um dos principais mecanismos de governo a pensar na população negra no mundo. Isso significa que as ações dos governos estão submeter ao voto das populações negras, que exercem influência sobre os rumos que o Estado toma. Por esse motivo, é preciso que os governos adotem políticas de inclusão que incentivem uma maior participação das populações negras no processo político e eleitoral.

**Partidos Políticos**: É preciso que partidos políticos reflitam as políticas de igualdade e inclusão no mundo. Assim, governos que adotam estes tipos de políticas poderão aumentar significativamente a participação no processo político das populações negras, com o objetivo de questionar e debater questões como racismo, xenofobia, direitos humanos e igualdade de gênero.

**Burocracia Estatal**: A burocracia estatal é a instituição encarregada de fiscalizar as políticas que a instituição adota. É responsável por monitorar tanto a execução de leis quanto a aplicação de normas e procedimentos. É preciso que as políticas estatais promovam ativamente a inclusão e igualdade das populações negras, por exemplo, a criação de incentivos e oportunidades para as pessoas negras.

**Relação entre Poder Político e Poder Econômico para População Negra**: Há uma grande necessidade de que exista uma maior parceria entre o poder político e o poder econômico para outorgar maior prosperidade as populações negras. Essa parceria é responsável por contribuir para a geração de oportunidades de emprego e acesso a recursos que incrementem crescimento econômico para essas populações. É necessário que haja leis que voltem a promover a igualdade, inclusão e acesso às oportunidades, tais como leis de discriminação positiva.

**Sistemas de Governo, Partidos Políticos, Burocracia Estatal e Relação entre Poder Político e Poder Econômico principais pensadores**

Thomas Hobbes: Autor de "Leviatã", Hobbes procurou desenvolver um sistema político baseado na noção de contrato social para explicar o Estado moderno, argumentando que o governo precisa de autoridade absoluta para manter a paz e a segurança.

John Locke: Autor de "Dois Tratados sobre o Governo Civil", Locke defendia que o governo deveria ter sua origem na vontade consentida do povo e baseava seu sistema de governo no princípio da lei natural e justiça.

Charles de Montesquieu: Montesquieu desenvolveu o princípio da divisão dos poderes segundo o qual os principais poderes do Estado - legislativo, executivo e judiciário - deveriam ser separados para evitar a possibilidade de tirania.

Jean-Jacques Rousseau: Rousseau rejeitava os princípios de Locke e Montesquieu, defendendo que o governo deveria se basear em um contrato social também e que os cidadãos deveriam ser capazes de participar ativamente na vida política.

John Stuart Mill: Mill foi um dos primeiros pensadores a defender ativamente o conceito dos partidos políticos como um meio para a democracia e defendia que as pessoas deveriam ter direito a formar e participar em partidos políticos livremente.

Hans Kelsen: Kelsen foi um defensor acérrimo da Democracia Parlamentar, defendendo que os partidos políticos tem um papel importante na representação dos cidadãos no sistema democrático.

Max Weber: Weber desenvolveu o conceito de burocracia, defendendo que era o mais eficaz sistema de administração do Estado para assegurar a igualdade e a imparcialidade no relacionamento entre o Estado e seus cidadãos.

Wilhelm von Humboldt: Humboldt desenvolveu o conceito de Estado Administrativo, argumentando que a burocracia estatal tem como objetivo servir o povo de uma forma justa e eficiente.

Aristóteles: Aristóteles acreditava que os cidadãos tinham direito a governar, no entanto, defendia que esses direitos se limitavam às decisões que afetam a economia da cidade.

Karl Marx: Marx acreditava que a dominação do poder político por partes da elite econômica era inescapável, argumentando que o Estado era controlado pelas classes dominantes e servia à sua vontade.

W.E.B Du Bois (1868-1963): Sociólogo, escritor, poeta, historiador, académico e ativista político americano. Ele se tornou o primeiro estudante afro-americano a ganhar um doutorado em Columbia em 1895. Ele tornou-se conhecido por sua defesa intransigente da igualdade dos direitos civis para todos os americanos, principalmente os afro-americanos. Du Bois foi um dos autores mais importantes da corrente da Nova NAACP, que defendia uma abordagem mais militante para alcançar os direitos civis. Além disso, ele também foi um dos principais pensadores do Pan-Africanismo.

Kwame Nkrumah (1909-1972): Primeiro Primeiro-Ministro da antiga Gold Coast (Ghana) e seu primeiro Presidente. Foi um importante líder pan-africano, a primeira estrela política no continente, e desempenhou um papel importante na luta pela independência da Gold Coast. Nkrumah foi um pensador pioneiro no que diz respeito ao socialismo africano e se preocupava muito com o desenvolvimento econômico e social na África.

Paul Robeson (1898-1976): Ativista radical, ator e cantor norte-americano. Robeson usou sua influência como artista internacionalmente famoso para promover a igualdade racial e os direitos humanos. Ele procurou “unir os negros e os brancos do mundo em uma ação comum que lutaria pela justiça e igualdade.

Angela Davis (1944- ): Filósofa, ativista e professora nos Estados Unidos. Davis é uma ativista radical conhecida por suas lutas em favor dos direitos civis das mulheres, dos LGBT +, dos negros e de outras minorias. Ela é uma das principais defensoras dos direitos humanos e afirma que o capitalismo é responsável pela “opressão do homem pelo homem”.

Booker T. Washington (1856-1915): Educador, fundador da Tuskegee Institute e importante pensador pelos direitos dos negros nos Estados Unidos. Booker T. Washington foi um defensor da abolição da escravidão, educação para os ex-escravos e oportunidades de emprego para os negros. Ele é frequentemente lembrado por acreditar na possibilidade de uma integração pacífica entre os brancos e negros nos Estados Unidos.

**Elites e liderança política**

A liderança política é a capacidade de motivar as pessoas a adotarem seus objetivos e crenças e a seguirem o líder ao tomarem medidas para alcançar esses objetivos. É uma importante habilidade de liderança política que inclui a capacidade de influenciar outras pessoas a tomar decisões, formular estratégias e ajudar outros a chegar a um compromisso aceitável.

As elites políticas desempenham um papel fundamental na liderança política. As elites políticas são aquelas pessoas que podem influenciar as políticas públicas, geralmente influenciando as decisões do governo. Eles são, muitas vezes, bem conhecidos em seus setores, têm acesso privilegiado aos meios de comunicação e são vistos como fontes confiáveis ​​de informações.

Além disso, eles costumam estar em boas posições econômicas e influenciam as políticas governamentais. Essas elites políticas têm a responsabilidade de liderar a comunidade e o governo para torná-los mais eficazes. Eles devem encontrar maneiras de reparar divisões sociais, promover a inclusão, defender os direitos humanos fundamentais e criar uma maior conscientização sobre questões políticas importantes. Eles representam esperança e oportunidade e acreditam que podemos fazer melhor.

A liderança política dá a estas elites a plataforma para alcançar seus objetivos e melhorar seu país.

**Elites e Liderança Política no Brasil**

Elites e liderança política no Brasil desempenham papéis importantes no desenvolvimento do país e sua integração na economia internacional. Elas desempenham papéis de liderança no Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como atividades políticas no setor privado.

Elites políticas brasileiras são frequentemente definidas como aquelas que possuem maior influência nas decisões de crescimento e desenvolvimento do país. Incluem desde magnatas da mídia a intelectuais do chamado interesse público, todos reunidos para a liderança eficaz da política.

Estas elites estão frequentemente associadas a grupos de poder como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Brasil de Todos, partidos que se destacaram em vários governos ao longo dos anos.

Liderança política no Brasil envolve o desenvolvimento de estratégias para lidar com os desafios enfrentados pelo país. Pressões são colocadas sobre líderes políticos para que definam e implementem políticas de desenvolvimento econômico eficazes para ajudar a reduzir a desigualdade na região.

Estas lideranças são frequentemente examinadas e criticadas por diversos segmentos da sociedade civil e da academia.

O Brasil é inspiração para governos em todo o mundo em termos de política e desenvolvimento.

As elites e lideranças políticas desempenham um papel importante nesse processo, liderando a execução de projetos e políticas que podem ajudar na transformação social e econômica do Brasil.

Uma das principais desvantagens das elites políticas é a falta de representatividade das necessidades e interesses da população.

Geralmente, os líderes elegidos por elites são privilegiados, membros da classe alta ou com grandes patrimônios financeiros. Isso faz com que representem interesses muito particulares, restringindo, assim, a participação popular nas decisões políticas e na governança.

O resultado é uma grande desconexão entre as elites e a população, uma vez que os interesses da maioria da população não são representados adequadamente.

Devido à concentração muito elevada de riqueza e poder nas mãos de poucas pessoas, existe o risco de que as elites abusem do seu poder, desrespeitando ou ignorando os interesses da população em geral.

Principais Pensadores Sobre Elites e Liderança Política

1.Platão foi um dos primeiros filósofos a teorizar sobre o papel das elites e a liderança política. Ele acreditava que as elites devem ter o conhecimento moral, intelectual e filosófico para que uma sociedade seja saudável. Além disso, ele argumentava que as elites deveriam ser os líderes da sociedade e oferecer orientação moral aos cidadãos.

2. Aristóteles foi o maior influenciador na teoria política antiga. Ele argumentou que o governo deveria ser baseado em 'justiça natural', que liga as necessidades humanas e a doutrina moral. Essa teoria foi muito importante na formação das democracias modernas. Ele também lutou por um sistema de governo misto, ou seja, um governo que pode abranger diversas formas de governança, como monarquia, aristocracia e democracia.

3. Maquiavel: o filósofo e escritor florentino Nicolau Maquiavel foi um importante pensador sobre elites e liderança política. Um de seus principais argumentos foi que a liderança política não deveria ser baseada em princípios morais e éticos, mas deveria ser usada como um meio para manter o poder. Ele argumentava que, às vezes, uma liderança bem sucedida deveria usar táticas astutas, como agir de forma injusta e desonesto, para manter o poder.

4. Karl Marx foi outro importante pensador sobre elites e liderança política. Ele acreditava que as elites capitalistas tiravam vantagem dos trabalhadores, usando seu poder econômico. Ele argumentava que os trabalhadores tinham que se unir e lutar contra as elites para conseguir justiça social, bem-estar e equidade.

5. Martin Luther King, Jr.: Martin Luther King,Jr. foi um dos principais líderes da luta dos direitos civis nos Estados Unidos. Ele acreditava que os direitos civis só podem ser alcançados por meio da "democracia participativa" e da organização política e social. Ele acreditava na igualdade racial como a chave para a mobilização do povo negro, e que a luta por essa igualdade era necessária para a obtenção da liberdade e da justiça.

6. Malcolm X foi um intelectual e líder político importante no movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, conhecido por seu discurso sobre autonomia, autodefesa e resistência. Ele acreditava que os negros deviam lutar por igualdade, por meio de liderança política intransigente, e enfatizava a importância do autogoverno e da dignidade para o alcance da liberdade.

7. Angela Davis é uma ativista por direitos civis e filósofa feminista inspiradora. Ela acredita que as desigualdades estabelecidas pelo racismo, o capitalismo e o patriarcado foram conquistadas por meio dos esforços combinados de liderança política, resistência na comunidade e movimentos diversos.

8. Frederick Douglass foi um líder político e intelectual importante da abolição da escravidão nos Estados Unidos. Ele acreditava que a luta para a emancipação dos escravos deveria ser suportada por líderes políticos e intelectuais negras, e defendia a desigualdade racial por meio de seu trabalho.

9. W.E.B. DuBois foi um intelectual que trabalhou para expandir os direitos dos negros. Ele enfatizou a importância da liderança política e intelectual na luta dos direitos civis, além de identificar o racismo e o capitalismo como as principais causas da desigualdade.

10.Lélia Gonzalez - é considerada uma das principais pensadoras feministas negras brasileiras. Seu trabalho foi pioneiro em reunir as discussões acerca de racismo, sexismo e elitismo. Ela focou grande parte do seu trabalho na definição de liderança feminina e negra na política e na identidade afro-brasileira.

11. Abdias do Nascimento – um dos maiores intelectuais negras do país, que ganhou reconhecimento por denunciar o racismo brasileiro e discutir questões como a reivindicação da identidade e das políticas afroparlamentares.

12. Joel Zito Araújo – especialista no campo das relações étnico-raciais. Ele tenha consolidado seu trabalho à frente do Projeto Escola sem Racismo, onde atuou desenvolvendo estratégias eficazes para enfrentar o racismo institucional.

13. Antonio Risério – fundador da escola de samba Vai-Vai e professor na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ele foi fundamental para o desenvolvimento da cultura afro-brasileira em Minas Gerais. Além disso, Risério também é conhecido por seus trabalhos de pesquisa e popularização do tema.

14. Jorge Ferreira – um dos principais pensadores contemporâneos brasileiros no que diz respeito às questões raciais. Ele tem contribuído para o debate acerca do papel do negro brasileiro na formação do Estado e na política brasileira.

O tema elites e liderança política é um amplo campo de estudo que envolve aspectos variados como estruturas de poder, exercício de influência, modelos de organização, entre outros.

Por isso, é importante ter conhecimento aprofundado sobre esse assunto, para permitir uma reflexão crítica e consciência da realidade socioeconômica, política e cultural. Para aprofundar no estudo do tema, uma das principais fontes de informação é a leitura de bibliografias que abordem o assunto.

Existe um grande número de obras escritas sobre elites e liderança política, desde clássicos sociológicos dos séculos XIX e XX como Vilfredo Pareto, Max Weber e Antonio Gramsci, até livros mais modernos que tratam a questão dos novos cenários sociais, dados de pesquisas, análise das relações entre governos e organizações do setor privado, etc.

Também é possível acessar estudos acadêmicos atuais, tanto de autores da academia quanto de pesquisadores independentes. Isso faz com que até mesmo o acadêmico de nível básico em relação ao tema possa ter acesso às últimas tendências e aos dados mais atualizados sobre elites e liderança política.

Além disso, também é possível aprofundar no estudo do tema através de palestras, conferências, seminários e eventos sobre economia, cultura e política. Nesses eventos, é possível ouvir, debates, as teses e estudos produzidos por autoridades do setor, funcionários do governo, especialistas em política, líderes de opinião, etc. Esse tipo de encontro forma um ambiente criativo para a troca de ideias, além de permitir que cada participante possa construir suas próprias reflexões a partir das informações e respostas dos demais.

É importante destacar ainda os artigos científicos sobre o tema, que também são excelentes fontes de conhecimento. Esses artigos costumam discutir novos modelos de liderança, análise de dados e estudos de caso que possam contribuir para o debate sobre o tema elites e liderança política.

Portanto, para se aprofundar no estudo do tema elites e liderança política, é necessário buscar pelos melhores materiais para estudo.

Assim, é possível discernir as dinâmicas de poder e influência presentes na nossa sociedade, permitindo-nos desenvolver um pensamento crítico e consciente e contribuir com debates mais bem fundamentados.

**Elites e Liderança Política e Seus Impactos na População Negra Brasileira**

A Elite e sua liderança política exercem um enorme impacto na população negra brasileira, em diversos aspectos da sociedade.

Tal grupo tem no Brasil uma profunda história de excluir os negros da participação política, econômica e social.

A elite política brasileira ainda é marcada majoritariamente por um grupo homogêneo de brancos, sendo extremamente rígida em relação às minorias. Isso reflete nos altos níveis de desigualdade presentes na população brasileira, onde os negros são os grupos mais afetados.

Do mesmo modo, a ausência praticamente absoluta dos representantes negros nas principais instâncias de decisão política, económica e social do país é o reflexo da liderança que é prejudicial à população negra.

Além disso, desde os anos 2000 o Brasil passou por importantes reformas econômicas, o que tornou ainda mais difícil para os negros obterem aclamação no mundo político-econômico.

A falta de representação da população negra nos cargos de decisão impacta diretamente nas políticas públicas relacionadas à educação, saúde e direitos humanos.

Com empregos insuficientes, uma maior tendência à criminalização e discriminação racial, e um maior ônus financeiro em relação ao enquadramento popular são alguns dos resultados negativos que podem ser observados na população brasileira.

Assim, é indiscutível que a elite e sua liderança política têm um significativo impacto na população negra brasileira. O aumento da inclusão das minorias no mercado de trabalho, na educação e na formação de lideranças é essencial para o progresso social.

O governo tem o dever de assegurar à todos os brasileiros igualdade de oportunidades, com o objetivo de diminuir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população negra.

**Elites e Liderança Política e População Negra Brasileira**

A liderança política na população negra brasileira tem desempenhado um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os líderes negros têm lutado por direitos sociais, políticos e econômicos, além de reconhecimento cultural para a comunidade.

A representação de diversidade de elites em posições de liderança também é importante para combater as desigualdades que afetam a população negra, especialmente em níveis econômico e educacional.

Os líderes negros desempenham um papel importante dando voz a grupos minoritários e propondo políticas públicas que reflitam a diversidade social existente. Essas lideranças se classificam em diversas categorias, incluindo intelectuais, religiosos, sindicais, políticos e ativistas.

Eles contribuem efetivamente para o debate de temas como direitos civis, saúde, educação e emprego, assim como para o reconhecimento histórico e os desafios contemporâneos enfrentados por negros no Brasil.

Além de trazer representatividade à população negra, que historicamente tem vivido como sub representada nos cargos governamentais e em âmbitos de tomada de decisões sociais, essas lideranças contribuem para um debate mais amplo sobre diversidade e inclusão no país.

A participação de elites e liderança política na população negra brasileira serve como um exemplo para outras nações e grupos sociais, pois contribuem para a luta pela igualdade racial e reconhecimento da diversidade social existente.

Para finalizar, à medida que abordamos todos os assuntos desta disciplina, ficou bastante claro que a liderança e a elite política desempenham um papel importante no funcionamento eficaz dos governos.

Portanto, é necessário compreender como essas duas forças atuam juntas para determinar o quadro político de uma nação. É importante analisar como as elites políticas são formadas, quem é admitido nela e como influenciar as decisões do governo.

Além disso, as lideranças políticas também são fundamentais para o estabelecimento de políticas e leis, e devem ser estudadas para saber como se desenvolvem, como se formam e quem as influencia.

Finalmente, também cabe a estudiosos da política questionar criticamente as decisões tomadas pelos governos e tentar entender se estas decisões têm sido realizadas com a melhor intenção possível.

Ao compreender melhor a interação entre liderança e elite política, as pessoas podem desenvolver uma compreensão mais profunda dos processos de tomada de decisão nos governos, e também contribuir para o estabelecimento de medidas mais consensuais.

**Apresentando o Tema Poder e Participação Política**

Poder e Participação Política são temas de extrema relevância no âmbito da sociedade, que influenciam todas as relações sociais.

O Poder pode mostrar-se de diferentes formas e tem maior relevância na relação entre as classes sociais e grupos políticos.

A Participação Política surge como resposta aos problemas sociais, pressupondo o estabelecimento de um diálogo entre os cidadãos e/ou grupos de interesse para promover um debate sobre a agenda política futura.

É fundamental compreender como acesso ao poder e transmissão deste pode influenciar a nossa participação política e o método de leitura sobre as atuais relações poder/participação, que são fundamentais para compreender como a sociedade se organiza e funciona.

Para muitos filósofos, o poder é visto como uma forma de domínio e influência sobre outros indivíduos ou grupos.

De acordo com Max Weber, por exemplo, o poder é uma capacidade de um indivíduo ou grupo de impor sua vontade sobre o comportamento alheio.

Já para Thomas Hobbes, o poder é o direito ou capacidade de forçar a obediência de uma pessoa ou grupo.

Jean-Jacques Rousseau, por sua vez, definiu o poder como a capacidade de perseguir o que se deseja, mesmo contra a vontade dos outros. É por isso que o poder é frequentemente associado ao controle.

John Locke viu o poder como uma forma de convencer os outros a aceitar suas opiniões ou ações, enquanto o filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel acreditava que o poder é a capacidade de influenciar outras pessoas apenas porque você lhes dá algo de que elas necessitam.

Estas teorias sobre o poder demonstram a diversidade de opiniões entre os principais pensadores a respeito deste tema.

Para alguns dos principais pensadores negros, o poder é a capacidade de influenciar o processo social para melhorar as condições de vida para aqueles que sofrem discriminação.

Para outros, o poder é o direito de lutar por seus direitos, o direito de fazer ouvir suas vozes diante de desigualdades injustas.

Para aqueles que defendem a teoria da luta de classes, o poder consiste na capacidade de agir e interferir na dinâmica interna da sociedade para promover mudanças sociais e transformações culturais.

É importante lembrar que cada indivíduo tem a capacidade de usar seu poder para navegar nas dificuldades e lutar pela justiça e igualdade.

W.E.B. Du Bois - um dos fundadores da NAACP e educador civil, Du Bois foi um importante teórico do poder político e econômico a serviço da igualdade de direitos e dignidade humana. Ele escreveu livros clássicos como The Souls of Black Folk e Black Reconstruction in America.

Angela Davis - Ativista de direitos civis e filósofa feminista, Davis é conhecida pelas suas críticas à opressão racial e de gênero. Ela também escreveu livros como Women, Race and Class e Abolition Democracy.

Martin Luther King Jr. - O pastor e líder de direitos civis, Martin Luther King Jr., foi um dos mais importantes vozes da luta pela igualdade racial. Ele motivou muitas pessoas a lutar pelos direitos fundamentais da igualdade de todos os seres humanos.

Malcolm X foi um dos principais aliados da luta pelos direitos civis dos afro-americanos e um dos críticos mais severos contra a coletividade racial dos Estados Unidos. Ele acreditava que a libertação dos negros dependia da auto-determinação.

Ida B. Wells-Barnett - Um dos primeiros ativistas de direitos civis, a jornalista e fundadora da NAACP Ida B Wells-Barnett discutiu as violências sistemáticas e levantou a questão da desigualdade racial e de gênero. Dedicada à luta pelos direitos civis, Ida publicou livros como Red Record e Mob Rule in New Orleans.

Maria Aparecida Alves Coroliano: primeira mulher preta no direito brasileiro, foi uma importante militante antirracista do país e uma autora importante sobre o tema da violência racial e do racismo sistêmico. Sua obra A Lei Estadual de Promoção da Igualdade Racial: o Poder do Saber Para Promover a Justiça Social aborda o papel do direito na luta contra o racismo.

Abdias Nascimento: intelectual, artista, diplomata e político brasileiro, Nascimento foi um dos principais organizadores do movimento antirracista brasileiro. Um de seus temas centrais foi o tema do poder, especialmente o poder das pessoas negras e dos movimentos sociais. Sua obra Poder Negro: Uma Visão Histórica é um pilar na compreensão do poder na luta contra o racismo.

Darcy Ribeiro: antropólogo e professor brasileiro, Ribeiro foi um dos nomes mais importantes da filosofia prática da sociedade brasileira. Seu pensamento sobre o poder se centrou na análise da formação histórica do Brasil e na visão de que o poder poderia ser usado como ferramenta de transformação social.

George Santayana: pensador brasileiro, Santayana foi um dos principais pensadores da teoria do poder racial e da luta antirracista. Ele defendeu que o poder emocional dos grupos raciais oprimidos era essencial para lutar contra os preconceitos e as desigualdades. Seu livro “Power Politics” também tem sido usado para compreender a luta contra o racismo.

Christian Freire: estudioso carioca, Freire foi um dos principais representantes na teoria do poder contra o racismo e a opressão social. Seu pensamento sobre o assunto incide especialmente sobre como o racismo e outros aspectos da desigualdade social se manifestam no Brasil e como os povos oprimidos podem resistir.

**Participação Política Segundo Seus Principais Pensadores**

A participação política diz respeito à prática de qualquer forma de engajamento nos processos políticos que afetam a vida das pessoas do dia-a-dia.

Os principais pensadores sobre participação política dizem respeito a diversos campos como história, teoria política, direito constitucional e ciência política.

O filósofo alemão Jürgen Habermas acredita que a participação na comunicação é a base para qualquer nível de deliberação pública. Para Habermas, as discussões e decisões equilibradas entre todos os segmentos da sociedade são anteriores a qualquer governo representativo e representam a base da democracia.

Para o politólogo Robert A. Dahl, é necessário permitir que as minorias e atores desfavorecidos tenham uma participação ativa em todas as decisões políticas e de governar para assegurar que sejam representados. Ele também defendeu que as instituições devem ser democráticas não apenas no nível das leis e regras, mas também nas decisões políticas feitas, permitindo que os membros da sociedade façam parte dessas decisões.

Hannah Arendt, afirma que a democracia é algo mais do que uma mera maioria votando sobre as minorias. Ela acredita de que a participação do indivíduo é o que garante a qualidade democrática de um país. Arendt estimula uma participação mais discursiva e cooperativa para alcançarmos níveis mais democráticos e igualitários.

Em suma, a participação política é fundamental para manter a democracia pois é a forma de se assegurar que as minorias e desfavorecidos também tenham a oportunidade de influenciar no governo de um país.

Pensadores como Jürgen Habermas, Robert A. Dahl, e Hannah Arendt, defendem a participação política como a única forma de assegurar que se alcance a máxima igualdade e eficácia possível em qualquer tipo de governo.

WEB Du Bois WEB Du Bois foi um dos intelectuais afro-americanos mais influentes do início do século XX. Ele foi uma das principais vozes do movimento pelos direitos dos negros nos Estados Unidos e lutou incansavelmente para a igualdade de direitos entre brancos e negros. Ele também foi um dos primeiros a ressaltar a importância da participação política dos afro-americanos.

Stokely Carmichael Stokely Carmichael foi um ativista dos direitos dos negros dinamarquês nascido em Trinidad e Tobago. Ele foi líder do Movimento dos Direitos Civis dos Estados Unidos e propôs que o movimento alcançasse a igualdade jurídica através de uma ação política direta e de manifestações. Ele estimulou os afro-americanos a participar da vida política e se candidatarem a cargos eletivos visando melhorar as condições de vida de sua comunidade.

Ida B. Wells Ida B. Wells foi uma ativista da vida pública americana central na luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos durante o final do século XIX. Ela foi pioneira na organização de levantes políticos e esforços de lobbying para promover a cidadania e igualdade dos negros. Ela incentivou os afro-americanos a participarem da vida política e se candidatarem a cargos eletivos para melhorar as condições de vida de sua comunidade.

Booker T. Washington foi um educador, ativista e líder dos direitos civis dos negros norte-americanos ao longo do final do século XIX. Washington foi pioneiro na inclusão da participação política dos negros nos Estados Unidos, incentivando-os a se organizarem e a lutarem por seus direitos e pela igualdade. Ele também impulsou a entrada deles na vida pública, e foi um dos primeiros a sugerir que a melhor forma de conseguir a emancipação dos afro-americanos seria através da participação ativa na vida política.

Martin Luther King Jr. foi um pastor protestante, ativista e líder dos direitos civis dos negros americanos no final do século XX. Foi o organizador pioneiro dos movimentos de direitos civis, lutando pelos direitos igualitários dos negros. Ele reconheceu a importância de envolver a comunidade afro-americana na vida política e incentivou os movimentos políticos que lutavam por direitos para os negros e das mulheres nos Estados Unidos.

Abdias do Nascimento (1914-2011): Ativista de direitos civis, abolicionista e pensador negro brasileiro, Abdias foi um líder decisivo no Brasil, sendo uma das principais figuras do Movimento Negro no país. Ele foi fundador da Federação Negra do Brasil, organismo criado para promover justiça e igualdade racial, e participou ativamente na luta pela descriminalização da oposição ao regime militar durante os anos 1960 e 1970.

Marielle Franco (1979 – 2018): Ativista e política feminina, Marielle foi uma das principais figuras brasileiras a lutarem pela promoção de direitos políticos dentre minorias e populações marginalizadas. Ela defendia fortemente a igualdade de gênero, a diversidade sexual, o fim da desigualdade racial, dos massacres, a diminuição da violência policial e a promoção de direitos à população LGBT.

Paulo Gilberto Pinto (1962-): Ativista e escritor brasileiro, Paulo é um dos principais representantes da luta pela igualdade racial e luta pela inserção política da população negra no Brasil. Ele foi fundador e diretor do Grupo Cultural Afro-Reggae, que desde 2004 trabalha pela promoção da inclusão política de jovens e adolescentes nos territórios periféricos da cidade do Rio de Janeiro.

Bernardo Kucinski (1943-): Jornalista, escritor e professor brasileiro, Kucinski foi parte ativa na luta pela democracia e pela igualdade racial, participando ativamente na campanha pelo retorno da democracia ao Brasil na década de 1980. Ele também defendeu o direito dos povos indígenas à terra e à cultura, bem como os direitos civis das populações mais pobres no país.

Participação Política e Poder No Brasil

A participação política e o poder no Brasil têm um papel fundamental na formação e na sustentação do sistema democrático brasileiro.

A democracia tem como princípio a participação popular nas decisões políticas do país, tornando a participação política essencial para o exercício dos direitos constitucionais. Dessa forma, a legitimidade do poder no Brasil é determinada pela participação política sob diversas formas, como:

 - Eleições: Os electoralistas dão base à legitimidade do poder do país por meio de eleições diretas, que consiste em escolher os representantes para os variados órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário.

- Participação Popular: O poder não confere apenas às autoridades escolhidas pelo voto, mas também ao conjunto de ações dos usuários de serviços e à população que luta pelo fortalecimento dos direitos civis e sociais.

 - Organismos Internacionais: A participação brasileira em organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), é fundamental na consolidação dos direitos humanos, do Estado Democrático de Direito e da participação política.

Esses organismos ajudam a implementar e consolidar as normas e o processo legislativo brasileiro, bem como as respectivas políticas de médio ou longo prazo. A participação política e o poder são temas fundamentais para o estabelecimento de relações saudáveis entre as instituições democráticas, ampliando a proteção dos direitos humanos e a participação dos cidadãos na vida política do país.

A participação política é muito importante para a população negra, pois dá a essa população a oportunidade de lutar por seus direitos e criar um ambiente de igualdade no país.

No entanto, a participação política dos negros muitas vezes é mínima, pois há ainda muita desigualdade na sociedade no que diz respeito ao poder e à influência.

A maioria dos negros ainda sofre com a discriminação e a exclusão de direitos básicos, como o direito ao voto, ao acesso à saúde, à educação e à segurança.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, todos os brasileiros têm direitos civis, políticos e econômicos iguais e a igualdade de oportunidades para o acesso aos postos de poder.

É importante reconhecer o poder da representatividade das mulheres negras, índias e outros grupos étnicos na política. A inclusão deles no debate político é um passo importante para representar as diversas demandas sociais de cada grupo e aplicar leis que estimulem a equidade. O poder que essas comunidades têm de influenciar as políticas públicas não será desperdiçado.

Além disso, o trabalho desses indivíduos deve ser reconhecido e valorizado. Estimulando a autoestima dentro dos seus grupos, surgirão líderes nascem e lutam por melhores condições de vida para todos.

A luta política pela liberdade e pelos direitos humanos nasce com a representação e a consciência da população negra.

A participação política e o poder são conceitos profundamente entrelaçados, uma vez que uma tem implicações na outra.

No geral, o exercício legítimo da participação política e do poder envolve o acesso às informações e à voz necessárias para influenciar as decisões que afetam as necessidades e os interesses das comunidades específicas.

O acesso legítimo ao poder e participação política oportunizam que as individualidades e grupos sejam representadas com equidade, direitos e oportunidades.

Enquanto participantes do processo político, é possível tomar decisões e agir para garantir que os grupos selecionados sejam ouvidos e que seus interesses sejam tomados em conta.

Portanto, a participação política e o poder exercem um papel significativo na tomada de decisões iguais e justas para todos nos níveis governamentais.

**Poder e Mídia Na Política**

O poder e a mídia na política são um tópico de extrema relevância, pois incluem não somente as relações entre os meios de comunicação e o governo, mas também a influência que a mídia exerce na formação da opinião pública.

Com o avanço da tecnologia, a mídia tem cada vez mais adquirido um “poder” sem precedentes. Exemplos disso estão, por exemplo, na televisão, na Internet e nos meios de comunicação sociais -que muitas vezes se tornam fontes primárias de informação para muitas pessoas.

A mídia tem alcançado um grande poder tanto para influenciar o comportamento das pessoas, como para guiar a conversa pública acerca dos assuntos relevantes política e socialmente. Dessa forma, o que é noticiado no meio de comunicação tem um impacto direto sobre o futuro das políticas públicas.

Assim, o poder e a mídia na política discutem a relação dos meios de comunicação com o governo, assim como a influência que a mídia tem em manter ou mudar a opinião pública. Essas relações são construídas através de discursos ou imagens e tem um grande impacto na vida das pessoas.

Além disso, ao apresentar notícias, os meios de comunicação também podem afetar o processo eleitoral e, portanto, o futuro dos governos e suas políticas. A influência da mídia na política também não pode ser desconsiderada, pois tem um grande efeito na forma como as pessoas percebem a realidade.

Por esse motivo, o poder da mídia na política é extremamente importante, pois pode ser usado de diversas formas. Por exemplo, pode ser usado para desenvolver o debate democrático, tanto nas esferas locais quanto globais, incentivando os cidadãos a participarem ativamente na vida política. Por outro lado, pode ser usado de forma abusiva para manipular a opinião pública, disseminando falsas informações e controlando o que é discutido na mídia.

Assim, é importante que haja um equilíbrio entre os usos benéficos e maléficos desse “poder” para garantir que ele seja usado de forma transparente, em benefício da população brasileira.

A mídia política desempenha um papel extremamente importante na vida política e na forma como as populações percebem os temas políticos. A partir do desenvolvimento das novas tecnologias, ficou cada vez mais fácil às mídias politicas transmitirem informações de forma rápida, a partir das quais os eleitores formam suas opiniões sobre o governo e o processo de tomada de decisões.

Este processo foi acelerado dramaticamente recentemente, com o aumento da participação da internet e outros meios de transmissão de informação, como redes sociais e sites informativos. O efeito principal da mídia sobre a opinião das populações é através da agenda-setting.

A agenda-setting tem como objetivo definir quais são os temas mais importantes que o governo deve tratar. Desta forma, a mídia política ajuda a estabelecer quais são os tópicos que têm maior relevância para a sociedade.

Ela também influencia como os tópicos são vistos pela população, ajudando a moldar suas opiniões. Por exemplo, a mídia pode enfatizar os pontos positivos ou negativos de certas decisões do governo, o que pode ter um impacto significativo na forma como a população enxerga determinado assunto.

Além disso, a mídia política também tem o poder de controlar o debate político, definindo quais assuntos serão discutidos e quais não serão. Se as informações transmitidas a partir da mídia forem tendenciosas ou de uma forma distorcida, ainda que inconscientemente, isso pode ter efeitos extremamente prejudiciais sobre a opinião pública.

É importante que as fontes de notícias sejam diversificadas, a fim de que a população possa formar suas próprias opiniões embasadas em dados e informações confiáveis. Por fim, outro efeito da mídia política sobre a população é através do efeito framing.

O framing é essencialmente o uso de palavras e imagens para influenciar como as pessoas interpretam a mesma informação. A mídia política tem o poder de controlar o framing de assuntos importantes, de forma a que a opinião pública tenha determinada perspetiva.

Desta forma, a mídia política pode ser usada como uma ferramenta para manipular a opinião das populações e influenciar a forma como elas percebem certos temas políticos.

Os pensadores geralmente refletem que o poder e a mídia política são duas forças inseparáveis. Isso significa que, para o êxito de qualquer iniciativa política, o uso eficaz de ambos é fundamental.

Os pensadores destacam a necessidade de usar as ferramentas de mídia para fortalecer a legitimidade do poder. Eles argumentam que o uso de mídia política melhora os resultados das eleições, principalmente nas competições disputadas.

 Muitos pensadores destacam que a mídia também melhora a transparência dos líderes políticos, facilitando a fiscalização cívica. Ao mesmo tempo, eles também ressaltam que a mídia política tem o potencial de abuso e corrupção.

A mídia cria um ambiente para manipulação política e uso inadequado da informação ou da influência.

• Noam Chomsky: professor de ciência cognitiva da Universidade de Massachusetts, autor de numerosos livros sobre linguística, comportamento humano e política. É conhecido por criticar duramente a cultura de massa nos Estados Unidos e a forma como a mídia aborda temas políticos.

• Neil Postman: professor da Universidade de Nova York, foi um dos principais proponentes da teoria do “círculo vicioso”, que afirma que, com o uso excessivo de novas tecnologias, cidadãos e governos perdem a capacidade de tomar decisões responsáveis sobre questões importantes.

• Robert Entman: professor de mídia e política na Universidade George Washington, autor de numerosos livros sobre o poder da mídia política, suas técnicas de controle e os efeitos que ela tem na formação de opiniões e na tomada de decisões políticas e sociais.

• Edward Herman: da Universidade da Pensilvânia, defensor de que a mídia política tende a servir interesses econômicos e políticos, e que isso pode distorcer as percepções de usuários ao controlar o acesso a informações e selecionar o que é ou não notícia.

Kimberlé Crenshaw – É uma advogada, acadêmica e ativista americana. Ela destaca a intersecção entre o racismo e a desigualdade de gênero na mídia, bem como a influência de como as narrativas do poder afetam a vida das mulheres negras.

Charles V. Hamilton – É um ativista político, escritor, acadêmico e teórico político americano. Ele tem discutido a questão do impacto da mídia sobre a imagem da comunidade negra desde os anos 1960.

Tricia Rose – É uma professora na Universidade Brown. Ela fala sobre o impacto social e psicológico da mídia para as mulheres negras em sua obra "Black Noise".

Cornel West – É um filósofo, intelectual e professor de Estudos Afro-Americanos. Ele sugeriu que a mídia negra deve ser usada como uma força de resistência ao que ele chama de "cultura dominante branca". 5.

Bell Hooks – É famosa por explorar a relação entre cultura, poder, gênero e raça. Ela também condena as imagens negativas da mídia sobre as mulheres negras e sua influência no mundo real.

Djamila Ribeiro: pesquisadora e ativista negra brasileira que atua na área de direitos humanos. Ela é autora de diversos trabalhos, que abordam questões como racismo, gênero, meios de comunicação e política.

Flávio Júnior: jornalista e ativista negro brasileiro que é um grande defensor dos direitos humanos. Ele centra seus esforços em destacar questões sobre educação, pobreza e desigualdade racial.

Lígia Diniz: jornalista, graduada em Comunicação pela UFC e mestre em Design Gráfico, ela possui atuação relevante nas áreas de investigação, divulgação e promoção de conteúdo relacionado a questões raciais.

Gabriel Petinatti: audiovisual e digital influencer pela qualela, ativista humanitário e conhecido por dar voz e visibilidade a questões raciais.

Carla Innocêncio: docente e pesquisadora que se destaca pelos estudos acerca da temática da cidadania negra no Brasil.

O pensador negro brasileiro Wilson Santiago conhecido por sua especialização em Filosofia Política e Economia Afro-brasileira, acredita que a mídia tem um papel fundamental na construção do imaginário social, ela é responsável por mediar e refletir nos meios de comunicação os interesses e desigualdades da sociedade.

Ele defende que o poder está intimamente ligado a tomada de decisão, por isso, a estrutura política deve permitir a liberdade dos indivíduos para ponderar seus interesses com as demandas do coletivo e dialogar com outras partes.

Assim, a mídia pode contribuir com o debate do poder comprometido com a realidade política.

Já o imortal Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, conhecido por pioneirismo nas discussões sobre temáticas ligadas ao racismo, relaciona a política à economia e a mídia, dizendo que não é apenas o poder alcançado por aqueles que detêm a riqueza, mas sim pelo governo que busca ajudar a moldar a estrutura econômica de uma nação.

Nesse sentido, ele defende que os meios de comunicação de massa, assim como o rádio, a televisão e a internet, são fundamentais para repensar os valores econômicos e culturais, incluindo a representatividade negra na produção de conteúdos, pois ela pode contribuir para a visibilidade dos interesses e valores da população negra.

A mídia e o poder têm um grande impacto na vida das pessoas negras.

Apesar dos avanços feitos nos últimos anos, a mídia ainda carrega estereótipos negativos que alimentam a desigualdade racial.

Para muitas pessoas negras, os estereótipos contribuem para a marginalização e impossibilitam que elas sejam tratadas como qualquer outra pessoa.

O poder também joga um papel importante no modo como a população negra é representada na mídia. Pessoas negras estão ausentes ou estão sub representadas nos cargos de liderança, nas produções televisivas e nos controles editoriais. E as poucas visões que tentam ser exibidas geralmente são limitadas e/ou estereotipadas.

No entanto, ao mesmo tempo, a mídia também tem o potencial de oferecer visões e representações mais verdadeiras e improvisar a vida da população negra.

Trabalhos como documentários de Vida Real, programas de entrevistas com protagonistas negras e o favoritismo de produtores levaram e ajudaram a impulsionar a presença e as contribuições dos negros para o entretenimento.

Suas visões e opiniões têm habilidade de estimular discussões e educar muitos assuntos, especialmente aqueles que afetam especificamente a comunidade negra.

A matéria abordou a relação entre Poder e Mídia, destacando algumas das principais formas que a Mídia tem de influenciar o Poder.

É fato que grandes conglomerados midiáticos têm enorme influência política e, em muitos casos, agem de forma a impor suas agendas e pontos de vista a determinados grupos ou partes da sociedade.

No entanto, a Mídia também é capaz de ser usada como um meio de democratização, permitindo que vozes de minorias sejam ouvidas e sua representatividade se aumente. Esta dualidade é fundamental para entendermos a relação entre Poder e Mídia.

Para concluir, acreditamos que a Mídia pode ser usada para escancarar abusos de poder, mas também é importante lembrar que ela tem o poder de influenciar decisões políticas e moldar as opiniões individuais. Cabe a nós estabelecermos limites para um uso responsável da Mídia.

**O poder global e as relações internacionais** são tópicos de grande importância na atualidade. Esta apresentação destina-se a apresentar as dinâmicas deste contexto, bem como os diversos fatores envolvidos no equilíbrio geopolítico no mundo atual.

 O termo “poder global” refere-se a todos os modelos de poder que atuam em diferentes níveis sociais, políticos, econômicos, culturais e militares. Estes modelos incluem o Estado, a corporação, os grupos sociais organizados, as organizações intergovernamentais e os organismos privilegiados que competem entre si pela influência.

Essas organizações muitas vezes interagem em nível internacional ou global, além de influenciar níveis locais. Esses modelos de poder notavelmente interferem nas relações internacionais entre Estados e na formação de políticas globais.

As relações internacionais também desempenham um papel importante na definição de fronteiras, estabelecendo a ordem política, garantindo direitos e responsabilidades, estabelecendo mecanismos de cooperação para lidar com crises e promovendo solidariedade e compreensão entre culturas e nações.

As relações internacionais criam condições para as questões políticas e econômicas, a paz e estabilidade internacionais, o desenvolvimento do comércio internacional e a preservação e proteção dos direitos humanos.

Finalmente, gostaríamos de abordar a questão do equilíbrio geopolítico. A manipulação do poder global por diversos atores contribuiu para a formação de uma tendência emergente, um novo equilíbrio do mundo no qual os interesses nacionais, regionais, globais e internacionais estão entrelaçados. A proposta é a de promover processos de cooperação e integração econômica e política em todas as áreas relacionadas aos Estados, empresas, instituições, grupos informais e indivíduos.

Com isso, apresenta-se um cenário em que todos os direitos e interesses dos diversos atores são considerados, bem como uma noção de soberania para os governos na adoção de decisões que afetam à todos.

As relações internacionais na política se referem a maneira como Estados e outros atores internacionais gerenciam as suas relações políticas, diplomáticas, econômicas e militares, incluindo as suas negociações e tratados, diferentes formas de cooperação e conflitos.

As relações internacionais são uma área de estudo na ciência política que estuda os vários aspectos da interação entre países, organizações internacionais, empresas e outros atores mundiais, incluindo como a estrutura política internacional molda essas interações.

Outras formas de abordar as relações internacionais incluem estudos sobre questões específicas, como o ambiente, terrorismo, desenvolvimento global e direitos humanos, assim como a história internacional e o estudo dos sistemas internacionais.

A área de Relações Internacionais lida diretamente com a cooperação internacional sobre assuntos da agenda global, em particular os assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico, à proteção dos direitos humanos e à promoção da democracia.

Nesse sentido, as Relações Internacionais podem ter um papel importante na identificação e combate de violações dos direitos humanos sofridas pela comunidade negra. Muitas vezes esse grupo étnico é marginalizado em seus direitos em geral, como por exemplo no acesso à educação, à saúde, ao emprego e à proteção policial.

Ao levantar essas questões, as Relações Internacionais têm o poder de criar consciência sobre a situação das populações negras e, assim, contribuir para o empoderamento e melhoria das condições de vida desse público. Através de meios como o desenvolvimento de políticas públicas, campanhas de sensibilização, movimentos de pressão e abordagem das questões em foros internacionais, as Relações Internacionais podem incentivar mudanças positivas na vida da comunidade negra e na construção de um mundo mais justo e equânime.

Além disso, é necessário também o envolvimento das comunidades e organizações negras para que haja uma atuação mais efetiva na representatividade das necessidades, dos direitos e objetivos desses grupos, assim como na formação de alianças entre todos os envolvidos para o alcance de melhores resultados.

Os principais autores negros das relações internacionais destacam a questão da história africana, racial e anticolonial na ciência política e nas relações internacionais. Para essa perspectiva, as relações internacionais e a história mundial devem ser compreendidas e avaliadas à luz da experiência Africana e das pressões que a discriminação racial e o colonialismo exercem sobre os fundamentos do estudo dessa disciplina e, de forma mais ampla, sobre a influência das relações hierárquicas existentes entre as nações do globo.

Os principais autores negros também abordam de maneira critica o que eles chamam de "eurocentrismo" nas relações internacionais, que é quando esta disciplina é encarada e moldada por uma perspectiva ocidental dominante que descarta ou negligencia a contribuição das culturas não-ocidentais para um entendimento mais abrangente das relações internacionais.

O romancista e ensaísta Chinua Achebe e o acadêmico e antropólogo Cheik Anta Diop são alguns dos principais autores negros nas relações internacionais.

Esses autores defendem a necessidade de se olhar para o passado e trabalhar para a construção de uma ordem mundial que não apenas rompa com a discriminação racial e o colonialismo, mas que também superem a intolerância religiosa e a discriminação de ideias.

Isso inclui o papel essencial que a Africana e as outras culturas não-ocidentais desempenham no desenvolvimento de novas abordagens para o estudo das relações internacionais e na promoção de novas formas de coexistência pacífica entre nações de culturas diversas.

Os principais autores negros brasileiros têm tendências diferentes quando se trata de relações internacionais. Alguns enxergam as relações internacionais como uma oportunidade para lutar contra as injustiças históricas e contemporâneas de discriminação e exclusão baseadas na cor da pele.

Outros defendem a necessidade de fortalecer os laços internacionais como uma forma de apoiar a causa da igualdade racial.

A escritora Conceição Evaristo vê as relações internacionais como uma oportunidade de lutar contra a discriminação e restrições impostas aos negros, e defende o fortalecimento de parcerias internacionais para promover a igualdade racial.

João Paulo dos Reis Velloso, por outro lado, enfatiza que as relações internacionais devem servir como um meio para combater as desigualdades existentes entre as populações negras brasileiras.

Finalmente, o professor da Universidade Brasileira Amarildo Vargas acredita que a articulação internacional entre sociedades negras se tornou necessária para buscar melhorias nas condições de vida econômica, social e educacional.

Os principais autores negros brasileiros têm, portanto, visões distintas sobre relações internacionais, mas concordam todos que elas devem trabalhar para ampliar as possibilidades de entendimento entre povos para apoiar a luta da igualdade racial.

Bibliografia O PODER NAS RELAÇÕES POLÍTICAS

CHARTIER, Roger. O Poder da Escrita: Uma História Cultural da Idade Média. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

AMARAL, O. C. de. O Poder na linguagem: Foucault, Gramsci, Habermas. São Paulo: EDUC, 2004.

BACHELARD, G. O Poder do Sonho: Uma Reflexão Sobre as Relações entre O Poder Político e a Imaginação Social. Brasília: Academia Brasileira de Ciências Sociais, 2006.

ZAMITH, G. O Poder da Comunicação: Teorias e Práticas Na Era da Globalização. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. BOWMAN, K. Poder e Ética: Novas Abordagens de Análise das Relações Políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Chalmers, A. (2002). O Poder nas Relações Políticas. São Paulo:Elsevier.

Arendt, H. (1967). A Vontade de Poder. Lisboa: Presença. Giddens, A. (1984). A Constituição da Sociedade: Base para uma Teoria da Estruturação. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Bendix, R. (1960). Max Weber: An Intellectual Portrait. Berkeley, CA: University of California Press. Mann, M. (1988). A História do Poder. São Paulo: Martins Fontes.

Tilly, C. (1993). O Poder nas Regras do Jogo Político. São Paulo: Contexto. Schumpeter, J. (1943). Capitalism, Socialism, and Democracy. Nova Iorque: Harper & Row

Publishers. Held, D., & McGrew, A. (2003). A Teoria Global do Estado. São Paulo: UNESP

. Gomes, José Murilo (2014). O Poder nas Relações Políticas: Estudo sobre a interlocução política no Brasil. São Paulo: Estação de Ciências Humanas

Castro, Maria da Conceição (2012). O Poder no Direito Constitucional: Direito e Informação na Democracia Brasileira. Belo Horizonte: Vergara Editora

Corrêa, Mariana (2013). O Poder e a Lei No Brasil: Uma Análise das Estruturas do Poder no Estado Democrático de Direito. São Leopoldo: UNISINOS

Costa, Márcia (2008). O Poder nas Migrações Internacionais: Roteiro para o Estudo do Fenômeno Em Perspectiva Constitucional Global. Petrópolis: Vozes

Costa, Miriam (2006). O Poder na Sociedade: Uma análise Multidisciplinar de Três Mundos Paralelos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Ferreira Neto, Osvaldo (2004). Reestruturação do Poder no Brasil: República e Federalismo no Século XXI. São Paulo: Edições LTr

Silva, Clovis Moura da. O Poder nas Relações Políticas: Uma Análise do Estado e da Sociedade Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Prado Junior, Caio. História Econômica do Brasil. 39ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

Godinho, Virgílio Coelho. O Estado, os Meios e o Fim do Poder no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Almeida, Carlos Henrique de. O Poder nas Relações Políticas: Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2006.

Campos, Kátia Flávia Duarte. Poder nas Relações Políticas. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

Soares, Ricardo. Globalização e Poder. São Paulo: Editora telaPub, 2006.

Sana, Maria Esther. O Estado e a Sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2006. 8. Barros, Fábio. Relações Políticas no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

Guimarães, André. Os Contornos do Poder no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2002.

Belluzzo, Elaine. Globalização, Sociedade e Estado. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2003.

Andreski, Stanislav. 1971. O poder nas relações políticas. Londres: George Allen & Unwin.

Bachrach, Peter. 1967. Power and Decision: The Social Control of Reproduction. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bendix, Reinhard. 1961. Max Weber: An Intellectual Portrait. New York: Doubleday.

Boudon, Raymond. 1989. The Logic of Social Action. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Engel, David, e Cutler L. Cleveland. 1983. O poder na sociedade. Nova York: Harper & Row.

Giddens, Anthony. 1979. Central Problems in Social Theory: Action, Structure, and Contradiction in Social Analysis. Berkeley: University of California Press.

Lukes, Steven. 1974. Poder: Uma Análise Conceitual. Nova York: Pantheon Books.

Orren, Karen, e Stephen Polsby. 1991. Anatomia do Poder. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Rousseau, Jean-Jacques. 1978. A Discurso em Relação ao Clima Social. In Obras Selecionadas. A. Cassirer (ed.). Nova York: St. Martin’s Press.

Weber, Max. 1947. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. T. Parsons (ed.). Nova York: Charles Scribner’s Sons.

\* Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 - Estabelece direitos e obrigações relativos à Propriedade Intelectual sobre Programas de Computador, Produções Artísticas, Literárias, Fonogramas e Demais Produções Artísticas. Artigo 23 - É vedado o exercício, sem prévia e expressa autorização, do direito de reprodução total ou parcial de obra intelectual, bem como de qualquer produto de divulgação de sua expressão, tais como fotografias, microgravuras, gravações em CDs, discos, fitas de áudio, DVDs e materiais impressos. De igual modo é vedado o exercício, implicitamente, de qualquer direito patrimonial sobre obras intelectuais e outros produtos de divulgação de sua expressão, os quais só podem ser utilizados com a prévia e expressa autorização do autor e titular dos direitos patrimoniais.